

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA  
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

JOSÉ CELINO DE BARROS NETO

**O GOVERNO DE MUNIZ FALCÃO NAS ALAGOAS:**  
***antecedentes, crise e impeachment***

MACEIÓ

2019

JOSÉ CELINO DE BARROS NETO

**O GOVERNO DE MUNIZ FALCÃO NAS ALAGOAS:  
antecedentes, crise e *impeachment***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Alagoas para obtenção do título em Licenciatura em História.

Orientador: José Roberto Santos Lima

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecário Responsável: Marcelino de Carvalho

- B277g Barros Neto, José Celino de.  
O governo Muniz Falcão e a década de 1950 : uma análise histórica / José Celino de Barros Neto. – 2019.  
44 f. : il. color.
- Orientador: José Roberto Santos Lima.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2019.
- Bibliografia: f. 41-44.
1. Brasil - História - Revolução pernambucana, 1817. 2. Alagoas - Política e governo - 1956-1961. 3. Falcão, Sebastião Marinho Muniz, 1915-1966. 4. Trabalhismo. 5. Impeachment. I. Título.

CDU: 94(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado  
"O GOVERNO DE MUNIZ FALCÃO E A DÉCADA  
DE 1950: Uma Análise Histórica" elaborada(o) por  
José Celino de Barros Neto e aprovado por  
todos os membros da Banca Examinadora com nota 80, cumprindo as exigências  
para obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) José Roberto Santos Lima  
Orientador (a):

Prof.(a) [assinatura]  
1º Examinador (a):

Prof.(a) [assinatura]  
2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas

/ /

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os meus professores do Ensino Fundamental e Médio, assim como do Ensino Superior, que com os seus ensinamentos, incentivos e algumas cobranças para que eu melhor me preparasse para o exercício e a prática do magistério. Espero não apenas estar habilitado para o exercício desta profissão escolhida, mas, acima de tudo, poder honrar essa difícil e desafiante profissão do passado e do agora, e porque não, também do futuro, se possível.

Agradeço a Deus, aos meus pais, irmãos e namorada.

Aos professores José Roberto Santos Lima, que caminhou comigo ao meu lado em toda essa jornada como professor e grande amigo e o colega de classe, Salatiel Alexander, que foi de fundamental importância nessa caminhada fascinante que é o curso de História.

“A história está repleta de pessoas que, como resultado do medo ou por ignorância ou por cobiça de poder, destruíram conhecimentos de imensurável valor que, em verdade, pertenciam a todos nós. Nós não devemos deixar isso acontecer de novo”

- Carl Sagan -

## RESUMO

A presente monografia tem como principal objetivo, estudar o contexto histórico gerador do *impeachment* do governador Muniz Falcão e o impacto deste fato histórico sobre o seu governo, fazendo, na primeira seção, abordamos uma síntese histórica do período da Primeira República no Brasil, ou República Velha, que vai de 1889 a 1930. Também aborda o período da Era Vargas, de 1930 a 1945. A terceira seção trata-se do período de experiência democrática em Alagoas, no governo de Muniz Falcão, na qual faz-se um apanhado dos antecedentes, dos crimes e do processo de impeachment sofrido neste governo.

**Palavras-chaves:** Política. Alagoas. Trabalhismo. *Impeachment*.

## **ABSTRACT**

The main objective of this monograph is to study the historical context behind the impeachment of Governor Muniz Falcão and the impact of this historical fact on his government. In the first section we discuss a historical synthesis of the period of the First Republic in Brazil. It also covers the period of the Vargas Era, from 1930 to 1945. The third section deals with the period of democratic experience in Alagoas, under the government of Muniz Falcão, in which a history, two crimes and the process of impeachment suffered in this government.

**Keywords:** Politics. Alagoas. Labor. Impeachment.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

<b>Figura 1</b>	Delmiro Gouveia.....	12
<b>Figura 2</b>	Fábrica da Pedra, em atual Delmiro Gouveia.....	13
<b>Figura 3</b>	Revolta do Quebra-Quilos.....	13
<b>Figura 4</b>	Charge opondo fazendeiros (à esquerda), e abolicionistas (à direita).....	14
<b>Figura 5</b>	Proclamação da República, pintura de Benedito Calixto, 1893.....	15
<b>Figura 6</b>	Marechal Deodoro da Fonseca.....	15
<b>Figura 7</b>	Marechal Gabino Besouro.....	16
<b>Figura 8</b>	Euclides Malta.....	18
<b>Figura 9</b>	General Clodoaldo da Fonseca.....	19
<b>Figura 10</b>	“Tia Marcelina” – Quadro de Mestre Zumba.....	19
<b>Figura 11</b>	Disputa entre Vargas e Prestes.....	21
<b>Figura 12</b>	Muniz Falcão.....	31
<b>Figura 13</b>	O tiroteio de 1957.....	37
<b>Figura 14</b>	Deputados armados chegando à assembleia no dia do tiroteio.....	37
<b>Figura 15</b>	Corpo do deputado Humberto Mendes é retirado da assembleia.....	38
<b>Tabela 1</b>	Taxas de crescimento durante os anos do governo de Getúlio Vargas e períodos antecedentes e subsequentes (%)......	22
<b>Tabela 2</b>	Investimento por setor de 1957 a 1961.....	35

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 DA REPÚBLICA VELHA À DÉCADA DE 1940: UMA SÍNTESE HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO DE ALAGOAS NA HISTÓRIA DO BRASIL .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 O panorama político e econômico em Alagoas no período que antecedeu à proclamação da República.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Da proclamação da República à Revolução de 1930 .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 A Era Vargas: um panorama do Brasil e de Alagoas .....</b>	<b>20</b>
<b>3 O GOVERNO MUNIZ FALCÃO NAS ALAGOAS E A DÉCADA DE 1950: UMA ANÁLISE HISTÓRICA .....</b>	<b>25</b>
<b>3.1 Política pós Estado Novo.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2 Elementos de mudança em Alagoas .....</b>	<b>27</b>
<b>3.3 A trajetória de Muniz Falcão de Pernambuco para Alagoas .....</b>	<b>30</b>
<b>3.4 Os anos de desenvolvimento no Brasil e o período de JK.....</b>	<b>34</b>
<b>3.5 O processo de <i>impeachment</i> de Muniz Falcão.....</b>	<b>36</b>
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na história política de Alagoas passaram-se vários personagens marcantes e memoráveis, mas nenhum deles foi tão emblemático como o do governador Sebastião Marinho Muniz Falcão, que desafiou as elites locais e colocou em xeque o seu poder, derrotando nas urnas caciques afamados da vida política das Alagoas. Houve ataques políticos sem trégua a seu governo; chegou ao ponto de haver um conflito armado – um famoso tiroteio na Assembleia Legislativa Estadual, com morte e alguns feridos, entre opositores ao *impeachment* de Muniz Falcão e os que defendiam sua permanência no governo. Até hoje, o evento é considerado o mais marcante da Casa Tavares Bastos.

Sebastião Muniz Falcão foi o primeiro governador a combater as elites locais. Começou sua vida política em Pernambuco, chegando às Alagoas como delegado do trabalho, no dever de averiguar irregularidades contra os trabalhadores locais. Em pouco tempo ganhou a simpatia da população alagoana vencendo a eleição para governador em 1955, desbancando o candidato Afrânio Lages apoiado pelo então ex-governador Arnon de Melo.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em quatro seções, a considerar Introdução e Conclusão, as outras duas seções descrevem, primeiramente, o período da República Velha até a década de 1940, com ênfase à participação de Alagoas no cenário histórico, político e econômico do Brasil e num segundo momento aborda o período desenvolvimentista do governo JK, bem como o governo Muniz Falcão, na década de 1950, em Alagoas, tratando da política pós-Estado Novo, os elementos de mudança sofridos no estado em face desse governo e a trajetória do pernambucano Muniz Falcão em Alagoas.

O Governo Muniz Falcão caracterizou-se como uma experiência democrática em Alagoas, tendo como destaque neste momento, o processo de *impeachment* do governador, o qual levou Alagoas efetivamente a um cenário político no contexto nacional, visto que até aquele momento, não tínhamos registro em nossa história de um processo semelhante.

A pesquisa bibliográfica é a base metodológica para este trabalho. As fontes utilizadas vão desde a obras de considerável relevância no contexto historiográfico alagoano até o uso de ferramentas tecnológicas, como sites eletrônicos e *blogs*. Para efeito de busca, foram utilizados os seguintes descritores: Proclamação da República, República Velha, Primeira República, República da Espada, Era Vargas, Governo Muniz Falcão, Experiência Democrática, Redemocratização.

Nosso objetivo principal é apresentar o governo de Muniz Falcão, em face do esquecimento que se sucedeu após seu mandato na política alagoana. Ao mesmo tempo,

produzir conhecimento sobre o objeto de estudo – Muniz Falcão –, mas também, contribuir para novas discussões acadêmicas sobre este período.

O trabalho aqui proposto poderá contribuir para ascender a imagem e memória de Muniz Falcão que está esquecida, e entender esse político em sua essência em prol do povo alagoano, do que ele fez ou porque a elite dominante alagoana não deixou que ele fizesse o que era para ser feito no contexto histórico da época.

## **2 DA REPÚBLICA VELHA À DÉCADA DE 1940: UMA SÍNTESE HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO DE ALAGOAS NA HISTÓRIA DO BRASIL**

O período da República Velha se caracterizou pelo poder das famílias poderosas, ou seja, as oligarquias estaduais, que passaram a ter um enorme poder político no país. De antemão, abordaremos nesta seção esse processo em Alagoas, afim de entendermos a participação histórica deste estado nesse contexto.

### **2.1 O panorama político e econômico em Alagoas no período que antecedeu à proclamação da República**

O panorama político e econômico de Alagoas sempre se apresentou conservador e atrelado à produção da cana-de-açúcar, representado pelas oligarquias. Obviamente excetuando-se o período de exploração do pau-brasil (BRANDÃO, 2012).

A passagem de Alagoas de condição de comarca para província não alterou tanto, durante o século XIX, o poder político local, que era controlado por famílias senhoriais em alianças e disputas ferrenhas pelo mando absoluto sobre os seus adversários, também aliados, que tinham ao seu redor uma enorme população escravizada de indígenas aldeados, lavradores pobres, moradores sem-terra, pequenos comerciantes, sitiantes e agregados, que para afirmar o poder senhorial, se formou e ampliou um eficiente instrumento do poder local – a Guarda Nacional, criada em 1831 pelo governo imperial – instituição militar com autonomia regional, que absorvia nos seus quadros senhores de engenho, fazendeiros, oficiais e líderes de milícias privadas transformadas em agentes do estado à serviço dos poderosos, geralmente, atuando de forma dura nas lutas contra os indígenas, quilombos ou quais outros elementos que ameaçassem o seu poder local.

Com a criação da Guarda Nacional como força estatal vinculada ao chamado poder judiciário da época do Império que institucionalizaram a participação de ricos fazendeiros e senhores de engenho na vida política municipal e da própria província, o título de coronel fornecido pela Guarda dava muito mais poder e prestígio político, que militar. Dos seus integrantes até ela ser extinta em 1922, o objetivo principal era dar combate aos movimentos revolucionários da época e manter a ordem vigente no Império e na Primeira República.

O coronelismo pode ser traduzido como um poder exercido pelos chefes políticos, como fazendeiros e senhores-de-engenho, sobre uma parcela do eleitorado. O Coronel traça os rumos das relações sociais e políticas da localidade ou concentra em suas

mãos o domínio econômico, o poder de justiça ao nomear juiz e delegado, e até mesmo religioso (padre), dada sua influência sobre o poder local. O ‘Código do Coronel’ é o poder do mais forte (onde se percebe) de como o poder privado é uma manifestação peculiar do predomínio do mando local sobre o poder político na Província/Estado de Alagoas (CARVALHO, 2015, p. 153. Grifos nossos).

Os famosos coronéis da região sertaneja de Alagoas, foram: o coronel José Rodrigues de Lima (Piranhas)<sup>1</sup>; Ulisses Vieira de Araújo Luna (Água Branca)<sup>2</sup>; Manoel Rodrigues da Rocha (Santana do Ipanema)<sup>3</sup>; e Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (Pedra, hoje município de Delmiro Gouveia)<sup>4</sup>. Estes marcaram profundamente o mundo social, político e econômico das Alagoas até 1920, dentro do chamado *Ciclo dos Coronéis*.

**Figura 1 – Delmiro Gouveia**



Fonte: Recanto das Letras (2015).

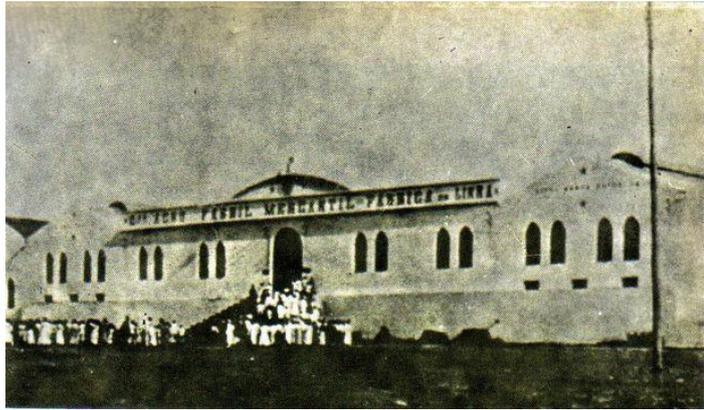
<sup>1</sup> O coronel José Rodrigues de Lima era um dos chefes políticos de Piranhas. Foi assassinado em Maceió, no dia 28 de agosto de 1927, próximo ao calçadão da Igreja do Livramento, no Centro da cidade de Maceió. É atribuído a ele, o mando da morte de Delmiro Gouveia, assim como o atentado sofrido pelo tenente José Lucena de Albuquerque Maranhão. Na emboscada, o tenente foi morto. A presença de José Rodrigues de Lima em Piranhas está atestada a partir da sua gestão enquanto prefeito e dos seus correligionários ou indicados que ocupavam os autos cargos do Legislativo ou do Executivo no município de Piranhas.

<sup>2</sup> Ulisses Luna foi um poderoso coronel e chefe político de Água Branca. Participou do Partido Conservador durante a vigência da Monarquia. Era filho de Luiz Vieira Sandes Luna, irmão da baronesa de Água Branca, que logo cedo perdeu seus pais e, por orientação do Barão de Água Branca, começou a valorizar a educação de seus filhos, trazendo de Maceió três professoras que lhes deram ensinamentos necessários para se tornarem pessoas instruídas. Dois de seus filhos casaram-se com duas das professoras.

<sup>3</sup> Manoel Rodrigues da Rocha, de Santana do Ipanema, ficou, primeiramente, em Penedo, onde viveu da compra e beneficiamento do couro cru, usado para confeccionar sapatos. Seus negócios prosperaram a tal ponto que mais tarde, ele se instalou em Santana do Ipanema, ampliando os negócios no ramo do couro. Em seguida, entrou na vida política.

<sup>4</sup> Delmiro Gouveia nasceu no Ceará. Após a morte de seu pai, veio para Pernambuco, onde foi cobrador de bonde e começou a enriquecer comprando e beneficiando couro para os estrangeiros. Ficou rico e poderoso. No entanto, quando veio para Alagoas estava pré-falido e recomeçou sua atividade de compra e venda de couro de bode. Fixou-se no povoado da Pedra, atual Delmiro Gouveia, e esteve associado ao uso do trem em seu benefício, que existia no trajeto de Piranhas a Olho d'Água do Casado e até à Bahia. Outra condição a favor de Delmiro, foi o plantio de algodão e o uso da mão de obra local. Construiu a fábrica da Pedra para beneficiar sua produção. Em seguida, fundou a usina de Angiquinhos, na vila operária, criando o processo de industrialização em Alagoas.

**Figura 2 – Fábrica da Pedra, em atual Delmiro Gouveia**



Fonte: Souto (2016).

No final de 1874 e início de 1875, eclodiu no Nordeste, nas províncias da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, o Movimento *Quebra-Quilos*. As causas do Movimento foram proporcionadas pela má distribuição de terras e pelos sérios problemas econômicos que afetaram a década de 1870. De caráter popular, teve também a participação de padres, grandes fazendeiros, intelectuais e liberais. Aqui, em Alagoas, o Movimento eclodiu em 1874, quando pesos e medidas do sistema métrico foram inutilizados e os cartórios do juiz de paz e da subdelegacia foram queimados, no povoado de Mundaú-Mirim. O povoado do Timbó também fora vítima dos *Quebra-Quilos*, porém nesse caso, uma parte daqueles que aderiram ao Movimento, o fizeram para protestar contra a prisão de um homem que a população local considerou ilegítima, pois o indivíduo segundo consta os locais, era inocente. A paz foi restaurada em Alagoas, em 1875 (SOUTO MAIOR, 1978).

**Figura 3 – Revolta do Quebra-Quilos**



Fonte: PMPB (2015).

Obs.: Imagem do início da Revolta, na Paraíba, em novembro de 1874.

Em 1888, com o Decreto da abolição assinado pela princesa Isabel, estava oficialmente extinta a escravatura no Império do Brasil. Segundo dados estatísticos da *População Escrava e Libertos Arrolados* (apud RAMOS, 1951), existiam aproximadamente 25 mil escravos inseridos na Zona da Mata, Sertão, vilas e cidades e cerca de 485 mil habitantes em Alagoas. Do movimento abolicionista em Alagoas, destacamos Dias Cabral, Diegues Júnior, Pedro Nolasco Maciel, Francisco Domingues da Silva, Antônio José Duarte, Eusébio de Andrade, Fernandes Lima, Ricardo Brenand Monteiro, Luiz Lavenère, José Higino de Carvalho, João Gomes Ribeiro, Adolfo Ascoff, Luiz Mesquita, Stanislau Wanderley, Guido Duarte entre outros (ALTAVILA, 1988).

**Figura 4 – Charge opondo fazendeiros (à esquerda), e abolicionistas (à direita)**



Fonte: Bezerra (2019).

Antes mesmo da abolição, marechal Deodoro da Fonseca, contra a ordem imperial, passou a capturar, com seu exército, os escravizados que fugiam de seus alçózes. Os senhores, por sua vez, sem a mão de obra de suas lavouras, começaram a falir e fazer oposição à monarquia.

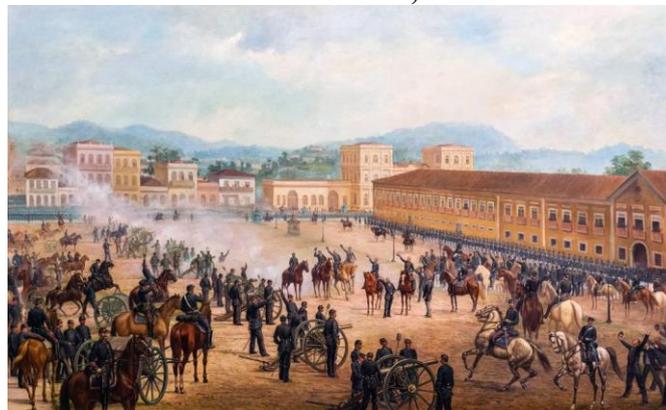
A ideia republicana manifestou-se timidamente e contou com a presença de jornalistas, professores e estudantes. Mesmo com a proclamação, a qual coube ao marechal, os poucos apoiadores que existiam eram desvinculados do movimento republicano da capital do Império, Rio de Janeiro, por isso quando proclamada a República, as lideranças da província de Alagoas ficaram surpresas.

[...] no dia da proclamação da República estava programada a posse do último presidente da província, Pedro Moreira Ribeiro, nomeado em novembro de 1889. Nesse mesmo dia, ele foi desmobilizado e voltou para o Rio de Janeiro. No seu lugar, assumiu uma Junta Governativa com as presenças do major Aureliano Augusto Pedra, representando o apoio da guarnição federal estacionada em Alagoas, de Manuel Ribeiro Barreto de Menezes e Ricardo Brenand Monteiro, republicanos históricos.

Ainda que tivessem formação monarquista, os militares e a representação política local apoiaram o novo governo nacional comandado por dois marechais alagoanos. No dizer de um historiador local, ‘quem proclamou a República em Alagoas não foram os manifestos, nem os discursos, nem a fingida fraternidade democrática: foi unicamente a oficialidade do 26º Batalhão de Infantaria (CARVALHO, 2015, p. 239.

Por sua vez, Deodoro tornou-se o primeiro presidente da República. Seu mandato durou dois anos. Renunciando ao cargo, Floriano Peixoto substituiu Deodoro, configurando-se, assim, a *República da Espada*. A presença de militares na política nacional deveu-se ao prestígio ocasionado pela vitória na Guerra do Paraguai (ALTAVILA, 1988; CARVALHO, 2015).

**Figura 5 – Proclamação da República, pintura de Benedito Calixto, 1893**



Fonte: Velasco (2014).

**Figura 6 – Marechal Deodoro da Fonseca**



Fonte: Rodrigues (2016).

## 2.2 Da proclamação da República à Revolução de 1930

A partir da proclamação da República, inicia-se a era republicana, chamada de *República Velha*, que se estende até a *Revolução de 1930*. O governo militarista instalado, tinha como tarefa, desenvolver a produção e implantar um parque industrial, criando condições essenciais e sólidas para o surgimento de novas relações políticas e sociais. Neste período, chegaram ao país cerca de 300 mil imigrantes para trabalhar na cultura do café. No ensejo, o governo empresta aos cafeicultores, somas em dinheiro, com a justificativa de sanar a crise financeira herdada do Império.

Transformada em estado, Alagoas manteve a economia da velha estrutura de produção baseada na monocultura da cana-de-açúcar e, em menor escala, o cultivo de algodão. Conseqüentemente, a população tornou-se cada vez mais empobrecida, e os pequenos e médios produtores, sem favorecimentos políticos, foram fadados ao fracasso (QUEIROZ, 2010).

Na *República da Espada* (1889-1894), Alagoas transformou-se em colégio eleitoral e na eleição para seu governo, concorreram Pedro Paulino da Fonseca e o coronel Gabino Besouro. Este, perdeu a eleição e passou a fazer oposição à chapa vitoriosa. Em meio a uma política estadual acirrada, Pedro Paulino manda destruir o jornal oposicionista *O Orbe*, com sede em Maceió. Lutando para se manter no poder, Pedro Paulino entregou seu posto ao vice Manoel de Araújo Góes, o que não mudou em nada o painel violento instalado no estado. A oposição, em protesto, foi dispersada à bala pela polícia; alguns líderes são mortos e outros presos. Após a renúncia de Deodoro da Fonseca da presidência do país, Araújo Góes é deposto e uma junta governativa foi instaurada. Em 1892 ocorreram novas eleições, sendo Gabino Besouro eleito, o qual foi deposto com “foros de legalidade” por Floriano Peixoto, agora atual presidente da República (QUEIROZ, 2010).

**Figura 7 – Marechal Gabino Besouro**



Fonte: Wikipédia (2018).

Praticamente em estado de sítio, Alagoas enfrentou um momento de grandes agitações e violência, deixando a população da capital aterrorizada. Só em julho de 1894 é que o 26º batalhão de infantaria depôs efetivamente o governador Gabino Besouro. No entanto, um clima de instabilidade girou em torno do estado, pois seu comando passou por diversas mãos, dando continuidade ao clima de agitação intensa. Líderes ‘besouristas’ fizeram oposição e invadiram o palácio do governo e, mais uma vez, Alagoas passa a ser governada por uma junta governativa. O Barão de Traipu, governador à época, travou combate com os adversários, resultando em mais mortos e feridos. Reconduzido ao seu posto de governador, por ordem do presidente Prudente de Moraes, o Barão de Traipu, estrategicamente, eliminou os focos do ‘besourismo’ no estado substituindo o 26º batalhão de infantaria pelo 33º batalhão de Sergipe. Este foi o último governo militar em Alagoas. Após todo esse enfrentamento, chega ao poder, em Alagoas, a oligarquia açucareira.

Em Alagoas, as classes agrárias ligadas à produção açucareira iniciam um longo período de domínio, embora seu primeiro representante fosse Euclides Malta, oriundo do Sertão de Mata Grande. Por 12 anos<sup>5</sup>, os Malta, com Euclides à frente, exerceram o poder no estado. O governo de Euclides Malta foi caracterizado por uma série de obras públicas, como por exemplo, praças, passeios públicos, a construção do teatro Deodoro da Fonseca, a finalização do Palácio dos Martírios, o erguimento do Palácio da Justiça e do Palácio da Intendência (LESSA, 2011).

---

<sup>5</sup> Em 1900, Euclides Malta foi eleito governador de Alagoas, sucedendo a Manuel José Duarte, que estava sendo substituído interinamente por Francisco Manuel dos Santos Pacheco. Tomou posse em 12 de junho. Seu irmão, Joaquim Paulo, lhe sucedeu de 1903 e renunciou em 1905. Euclides Malta, assume novamente o governo de Alagoas e permanece no cargo até 1909, quando foi substituído pelo vice-governador Antônio Máximo da Cunha Rego. Nove dias depois volta a tomar posse no governo do estado. Se afasta em janeiro de 1912, sendo substituído pelo coronel Macário das Chagas Rocha Lessa. Em março do mesmo ano, retorna ao governo, mas encontra resistências e renuncia três dias depois, substituído mais uma vez pelo coronel Macário.

**Figura 8 – Euclides Malta**



Fonte: Ticianeli (2015d).

Seu governo, manteve um clima de relativa tranquilidade, tomando algumas medidas, como “controle férreo dos pleitos eleitorais e de atos contemporizadores com adversários” (TENÓRIO, 2000, p. 7). Uma frente liderada por Fernandes Lima, fez oposição ao seu governo, aproveitando-se do rompimento entre Euclides Malta e seu sogro, o Barão de Traipu. No entanto, a crise da relação entre os dois foi contornada e a oposição passou a ser composta pelo grupo de Fernandes Lima e Gabino Besouro. Outro momento delicado de seu governo ocorreu em maio de 1906, num enfrentamento entre as forças partidárias situacionistas e oposicionistas: no Centro de Maceió, Gabino Besouro e Guedes Gondim deflagram um tiroteio, envolvendo a polícia e milícias particulares.

A partir de 1911, a oligarquia dos Maltas começou a enfraquecer, atingido por algumas medidas tomadas pelo então presidente Hermes da Fonseca, que passou a intervir nas oligarquias de alguns estados. A oposição, representada por jornalistas, estudantes, bacharéis, artistas e empresários, como Delmiro Gouveia, lançou, então, a candidatura de Clodoaldo da Fonseca, chefe da casa militar da presidência da República.

**Figura 9 – General Clodoaldo da Fonseca**



Fonte: Ticianeli (2017).

O clima nas ruas de Maceió era de sublevação: partidários de Clodoaldo perseguiram partidários dos Malta. Os opositores criaram uma organização paramilitar, a Liga dos Republicanos Combatentes. O palácio do governo é invadido; Euclides Malta foge para o Rio de Janeiro; acusado de permanecer no poder por ser protegido pelas divindades dos Terreiros de Candomblé, a Liga dos Republicanos Combatentes, em fevereiro de 2012, partiu em direção aos Terreiros, destruindo-os. Momento que ficou conhecido historicamente como o *Quebra de Xangô* ou *Quebra de 1912*. Na ocasião, Tia Marcelina, considerada a mãe de santo fundadora do Candomblé em Alagoas, em defesa de sua Casa, recebeu duros golpes de sabre, socos e pontapés; vários pais, mães e filhos de santo fogem para Pernambuco e Bahia. Chega ao fim a era maltina. De 1912 a 1915, Clodoaldo da Fonseca assumiu o governo de Alagoas (TENÓRIO, 1997).

**Figura 10 - "Tia Marcelina"  
- Quadro de Mestre Zumba**



Fonte: Domínio público.

Em 1915, Fernandes Lima, vice-governador e um dos líderes oposicionistas de Euclides Malta, substituiu interinamente Clodoaldo da Fonseca. De 1915 a 1918, João Batista Accioli Júnior assumiu o governo. Em março de 1918, Fernandes Lima é eleito governador de Alagoas, afastando-se do cargo em 1921 por motivos de saúde. Manuel Capitolino da Rocha Carvalho assumiu, interinamente o governo. De 1924 a 1928, Pedro da Costa Rego, jornalista e escritor, elegeu-se governador. Seu governo foi marcado pelo combate ao homicídio, ao roubo e ao jogo do bicho. Seu mandato de senador foi interrompido pela Revolução de 1930. Na ocasião, estava participando de uma conferência em Bruxelas e exilou-se em Cherburgo, na França e volta ao Brasil em 1931, elegendose mais uma vez ao senado por Alagoas, porém, perdeu seu mandato com a decretação do Estado Novo.

A **Revolução de 1930** em Alagoas enfraquece o poder político dos coronéis, mesmo sem enfraquecer o poder e o **domínio econômico** deles. Nas comunidades interioranas, principalmente, alguns destes latifundiários diminuem a capacidade de atuarem como juizes nas contendas locais. A fraude eleitoral e a aplicação de uma justiça extremamente parcial também são reduzidas.

### **2.3 A Era Vargas: um panorama do Brasil e de Alagoas**

Uma disputa acirrada entre o candidato à presidência Júlio Prestes, representante das oligarquias de São Paulo e Getúlio Vargas, representante indicado pelo Rio Grande do Sul aliado a Minas Gerais, formaram a Aliança Liberal; a chapa foi formada tendo como vice-presidente, João Pessoa, da Paraíba. As eleições aconteceriam em 1930, e o Brasil sofria as consequências econômicas da Crise de 1929 ocorrida nos Estados Unidos. Com uma superprodução de café, cerca de 29 milhões de sacas, o preço diminuiu consideravelmente, ocasionando a ruína de muitos cafeicultores e empresários. Consequentemente, isso afetou diretamente os trabalhadores, bem como seus empregos.

**Figura 11 – Disputa entre Vargas e Prestes**



Fonte: Imago História (2017).

O país estava em meio a uma situação de violências políticas e fraudes eleitorais, em decorrência ainda do poder das oligarquias existentes. As fraudes eleitorais geraram descontentamentos e revoltas, tanto da população civil quanto da classe política. A situação tornou-se tanto mais grave, que em 1930, na Paraíba, foi assassinado João Pessoa, o candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas. Após o ocorrido, uma junta militar conquista o poder e entrega a presidência a Vargas.

A “Era Vargas” constitui-se num conjunto de políticas públicas para o país e no ambicioso objetivo de alcançar certa autonomia política e econômica através de um desenvolvimento nacional independente baseado num Estado forte, centralizado e planejador. Podemos concluir que Vargas foi o homem que sintetizou o processo da complexa transição da República Velha para o moderno Estado brasileiro (SAVIANI FILHO, 2013, p. 855).

O governo de Vargas se estendeu por quase duas décadas, representado por quatro períodos distintos: 1930-1934; 1934-1937; 1937-1945 e 1950-1954. O primeiro período foi em decorrência da Revolução e do Golpe, instaurando um governo provisório; o segundo período a imagem de Vargas foi associada a uma experiência democrática; o terceiro período foi intitulado Estado Novo, tendo sua figura agora, associada a de um ditador; e o quarto e último período, Vargas é eleito democraticamente por voto popular, voltou a uma forma mais democrática de governo (ARVIN-RAD; WILLUNSEM; WITTE, 1997).

Estatisticamente, foi no período de Vargas que houve redução da taxa de crescimento da população, aumento do PIB e da renda *per capita* por conta da urbanização, e crescimento

da inflação. Os períodos posteriores superaram em termos de crescimento econômico, no entanto foram marcados por uma inflação galopante.

**Tabela 1 – Taxas de crescimento durante os anos do governo de Getúlio Vargas e períodos antecedentes e subsequentes (%)**

	População	PIB	Renda <i>Per Capita</i>	Inflação acumulada
1905-1929	173	300	174	339
1930-1954	165	346	210	712
1955-1979	197	562	131.412	

Fonte: IPEADATA (1996 *apud* EARP; KORNIS, 2004).

Os anos 30 iniciaram como uma continuidade da política econômica da República Velha, mantendo um projeto de governo voltado para o eixo condutor da política econômica subordinado ao poder centralizador, criando órgãos estaduais, como:

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau, Ministério da Educação e Saúde Pública, Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool, Conselho Federal do Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal, Conselho Brasileiro de Geografia, Departamento Administrativo do Serviço Público, Instituto Nacional do Mate, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa, Comissão de Defesa da Economia Nacional, Instituto Nacional do Sal, Fábrica Nacional de Motores, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Instituto Nacional do Pinho, Missão Cooke, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Coordenação da Mobilização Econômica, Companhia Nacional de Alcalis, Fundação Brasil Central, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Consolidação das Leis do Trabalho, Serviço Social da Indústria, Plano de Obras e Equipamentos, I Congresso Brasileiro de Economia, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão do Trigo, Conferência de Teresópolis, Superintendência de Moeda e Crédito, Decreto-Lei 7.666 (sobre atos contrários à ordem moral e econômica) (EARP; KORNIS, 2004, p. 32).

A preocupação de seu governo estava centrada nos problemas com a cafeicultura, que veio se recuperar a partir de 1932 com as medidas tomadas em seu governo.

[...] compra e queima de grandes estoques do produto, o perdão de metade das dívidas dos fazendeiros, o refinanciamento da outra metade em 10 anos, a indenização aos bancos com títulos públicos de longo prazo e o financiamento público à erradicação de cafezais e sua substituição por algodoads (EARP; KORNIS, 2004, p. 32).

Também introduziu uma mudança na dinâmica da economia, somando às atividades agroexportadoras, as industriais e as de serviço, focando muito mais no mercado interno que externo. As políticas voltadas para o Nordeste foram, pela primeira vez, coordenadas e

centralizadas pelo governo federal. As iniciativas ocorreram no Semiárido Cearense com apoio financeiro aos retirantes e a realização de obras públicas a partir de 1942.

Em 1937, final do segundo período de seu governo, foram fixadas as diretrizes da política social e trabalhista, as quais foram implementadas no período posterior, o do Estado Novo. Os direitos previstos na Constituição de 1934, como salário mínimo, . férias anuais, descanso semanal e a Justiça do Trabalho foram mantidos (CPDOC, 2017).

No ano seguinte, em 1938, o salário mínimo foi regulamentado e foi dada uma estrutura centralizada às organizações sindicais. A partir de 1940 foi criado o imposto sindical e em 1943, foi consolidada as leis trabalhistas, a CLT, que regeriam as relações de trabalho no país. As festas mais importantes promovidas pelo governo foram as do dia do trabalho (1º de maio), o aniversário do Estado Novo (10 de novembro), o aniversário do presidente (19 de abril), o dia da independência nacional (7 de setembro), o natal e o final de ano. Todas essas iniciativas serviram de base para a constituição da ideologia trabalhista, as quais fundamentaram a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (CPDOC, 2017).

Em resumo:

A ditadura do Estado Novo deu ao governo condições de implantar sua política trabalhista livremente, quase sem oposição. Os oposicionistas ao modelo sindical de Vargas não tinham mais voz no Legislativo. A política trabalhista ajudava Vargas a manter o apoio popular enquanto reprimia adversários políticos. Uma medida importante dessa época foi a regulamentação do salário mínimo, em 1938. As regras trabalhistas foram sendo criadas aos poucos ao longo de toda a Era Vargas. Elas eram, às vezes, redundantes ou contraditórias. O presidente achou então que era hora de consolidá-las e para isso criou, em 1942, um grupo de trabalho (CASTRO, 2017, s.p.).

A Era Vargas (1930-1945) em Alagoas é marcada por raros momentos de estabilidade de poder. Em 15 anos, Alagoas teve 12 mandatários.

1. Hermilo de Freitas Melro, de 14 de outubro de 1930 a 9 de agosto de 1931.
2. Luís de França Albuquerque, de 9 de agosto de 1931 a 31 de outubro de 1931.
3. Tasso de Oliveira Tinoco, de 31 de outubro de 1931 a 25 de outubro de 1932.
4. Luís de França Albuquerque, de 25 de outubro de 1932 a 10 de janeiro de 1933.
5. Francisco Afonso de Carvalho, de 10 de janeiro de 1933 a 2 de março de 1934.
6. Temístocles Vieira de Azevedo, de 2 de março de 1934 a 1º de maio de 1934.
7. Osman Loureiro de Farias, de 1º de maio de 1934 a 26 de março de 1935.
8. Edgar de Góis Monteiro, de 26 de março de 1935 a 10 de maio de 1935.
9. Benedito Augusto da Silva, de 10 de maio de 1935 a 27 de maio de 1935.
10. Osman Loureiro de Farias, de 27 de maio de 1935 a 31 de outubro de 1940.

11. José Maria Correia das Neves, de 31 de outubro de 1940 a 1º de fevereiro de 1941.

12. Ismar de Góis Monteiro, de 1º de fevereiro de 1941 a 10 de novembro de 1945.

Ao fim deste período, Alagoas volta à normalidade democrática e o Executivo estadual seria administrado por seis diferentes governadores. A reorganização partidária promovida com o fim do Estado Novo, na qual todos os partidos tornam-se obrigatoriamente nacionais, refletiu-se em Alagoas com a formação de seis legendas: PSD, UDN, PRD, PRP, PTB, e PCB, existente desde 1924 (LIMA, 2006).

O governo eleito de Silvestre Péricles, em 1947, caracterizou-se pela perseguição aos comunistas com várias prisões arbitrárias, porém, na eleição de 1950, Péricles é derrotado por Arnon de Mello, governo este marcado conflitos armados no interior, irregularidades, mordomias, desvios de recursos públicos e má aplicação de verbas (COSTA, 2013).

Em meio a vários conflitos, políticos e armados, a disputa política ocorreu entre as oligarquias locais, sem que houvesse qualquer projeto político voltado para o social. Essa realidade só será modificada em 1955, quando chega ao poder Muniz Falcão. O Brasil atravessará uma nova situação, a qual abordaremos na próxima seção.

### 3 O GOVERNO MUNIZ FALCÃO E A DÉCADA DE 1950: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Algumas questões devem ser colocadas aqui para que possamos entender o contexto que se apresentava: a Segunda Guerra chegou ao fim e a situação de Vargas era indefinida. Não se sabia se ele permaneceria no poder. Diante desta situação, os partidos começaram a se reorganizar na intenção de realizar novas eleições. A estrutura autoritária foi, aos poucos, dando lugar à democracia. Cabe ressaltar que o coronelismo, mesmo estando em declínio, mantia seus interesses regionais. O Ato Institucional de 1945 instituiu a realização das eleições. Sem censura, e com a abertura do regime, a oposição a Vargas foi intensificada, principalmente no que diz respeito ao ataque da UDN. Em meio a tensão, surgiram o PTB, PCB e o PSD. A eleição foi marcada para o dia 2 de dezembro de 1945 e 5 de maio de 1945, a depender dos cargos a serem ocupados. Ficou autorizado a votar: “maiores de 18 anos, exceto os analfabetos e militares, além de ser facultativo os inválidos, maiores de 65 anos, brasileiros morando fora do país, magistrados, funcionários públicos afastados e as mulheres que não exerciam profissão lucrativa” (FIDELIS, 2010).

#### 3.1 Política pós Estado Novo

Santos (2018a) diz que o período convencionalmente chamado de *experiência democrática* (1946-1964) marcou uma época de transformações significativas na sociedade brasileira, encerrando o Estado Novo<sup>6</sup> e iniciando um processo de mudanças profundas, alicerçadas na promulgação da Constituição de 1946. O processo de eleitoralização da política com o surgimento de diversos partidos nacionais, o crescimento dos movimentos sindicais e sociais, a emergência de múltiplas formas de organização social, fizeram desse recorte temporal, um período de intensas lutas políticas em torno do processo de modernização da sociedade brasileira.

De acordo com Gomes (2009, p. 36):

O período da experiência liberal-democrática de 1946-64 é uma oportunidade de explorar o momento em que a sociedade brasileira viveu sua primeira experiência de eleitoralização da política. Ou seja, o período em que conheceu partidos políticos nacionais e de massa; em que experimentou eleições sistemáticas para o Executivo e o

---

<sup>6</sup> Nome com que é tradicionalmente designado na historiografia brasileira o período ditatorial que, sob a égide de Getúlio Vargas, teve início com o golpe de estado de 10 de novembro de 1937 e se estendeu até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945 (CPDOC, 2009). Nota disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-novo>. Acesso em: 1 mar. 2019.

Legislativo (federal, estadual e municipal); enfim, em que realizou o que se chama de “aprendizado da política” eleitoral, em novos e mais amplos marcos.

Proibidos durante o Estado Novo, os partidos políticos vivenciaram uma experiência democrática a partir de 1945 até 1964. Foi neste período que várias e profundas mudanças ocorreram, a exemplo do surgimento de diversos partidos; da promulgação da Constituição de 1946; e o crescimento de movimentos sindicais e sociais. Quanto aos partidos, se destacaram o PSD e o PTB, porém a UDN foi um importante partido de direita no período. Destacamos:

1 – Partido Social-Democrático (PSD): fundado por aliados de Getúlio Vargas, em 1945. O partido concentrou as alas mais conservadoras aliadas ao governo Vargas. Foi um importante partido de sustentação a Getúlio. Ideologicamente era o principal representante da socialdemocracia no país. O partido sempre obteve maioria no Congresso. O partido foi extinto pelo Ato Institucional n. 2, de 1965, e retornou à ativa na década de 1980, mas em 2003 foi incorporado ao PTB (FABER, 2010).

2 – Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): fundado por Getúlio Vargas em 1945. A base eleitoral do partido formou-se por trabalhadores urbanos. O PTB teve forte penetração nos sindicatos. Seu principal ideólogo foi o gaúcho Alberto Pasqualini. Ideologicamente, o PTB aliou traços nacionalistas, positivistas e socialdemocratas. De sua fundação até 1964 foi o partido brasileiro mais à esquerda da política nacional, constantemente acusado de comunista pelos adversários. Defendeu a reforma urbana, reforma agrária, reforma universitária, o crescimento econômico e a Política Externa Independente (PEI). Em 1981, o PTB foi refundado por Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio (FABER, 2010).

3 – Partido de Representação Popular (PRP): fundado por Plínio Salgado em 1945. Reuniu antigos membros da Ação Integralista Brasileira (AIB). Sua ideologia foi de orientação nacionalista de extrema direita. Apesar de sempre ter representantes no Congresso Nacional teve mais força nos estados do Sul do Brasil. Em 1955, Plínio Salgado concorreu à presidência, na eleição venceu Juscelino Kubitschek, do PSD. O partido foi extinto em 1965 pelo Ato Institucional n. 2. A maioria dos seus integrantes passou para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (FABER, 2010).

4 – União Democrática Nacional (UDN): fundado em 1945. Reuniu antigos políticos de oposição ao Governo Vargas. Partido de orientação conservadora de direita. Congregou setores da burguesia e da classe média urbana. Seus integrantes foram representantes das antigas oligarquias regionais que comandaram os estados nos períodos anteriores (coronéis). Foi favorável ao capital estrangeiro e à iniciativa privada, sendo radicalmente contrário à reforma agrária e a políticas populares. Defendiam a propriedade privada e o grande latifúndio. Em

1961, fez parte do grupo que tentou impedir a posse de João Goulart. A UDN apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros à presidência. Apesar de ter formado a base de apoio ao golpe Militar de 1964, o partido foi extinto em 1965 pelo Ato Institucional n. 2 e seus integrantes passaram para a ARENA, partido de sustentação da ditadura (FABER, 2010).

5 – Partido Trabalhista Nacional (PTN): fundado por Romeu Campos Vidal em 1945. Reuniu dissidentes do PTB. O partido foi extinto em 1965 pelo Ato Institucional n. 2. Seus integrantes passaram para a ARENA e o MDB. O partido retornou em 1995 (FABER, 2010).

6 – Partido Socialista Brasileiro (PSB): fundado em 1947, em ocasião da *II Convenção Nacional da Esquerda Democrática*. O PSB procurou situar-se entre o socialismo marxista e a socialdemocracia, portanto, surgiu como uma alternativa ao PCB e ao PTB. Era antigetulista. Ideologicamente defendeu a transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que deveria se realizar dentro das regras da luta democrática e liberal. Na década de 1950, enfrentou forte crise que resultou na expulsão de lideranças identificadas com Jânio Quadros (FABER, 2010).

7 – Partido Social Progressista (PSP): fundado por Adhemar de Barros, em 1946. Foi resultado da fusão do PRP (de Adhemar), PAN e PPS. Partido muito forte em São Paulo, onde Adhemar de Barros elegeu-se governador. Foi extinto em 1965 pelo Ato Institucional n. 2. Seus integrantes passaram para a ARENA e o MDB (FABER, 2010).

### **3.2 Elementos de mudanças em Alagoas**

Somente a partir do final da Segunda Guerra, acompanhando, sempre de forma atrasada e lenta, o que se passava na maior parte do país, Alagoas conheceu elementos de mudanças reais. Na segunda metade do século XX, o eleitorado cresceu mais rapidamente, como foi o caso em 1950, quando o número de votantes em relação à população total passou de 3% para 13%, comparado ao eleitorado do começo do século, tornando, assim, mais complexa e difícil a tarefa de controle dos “currais eleitorais”, a base da política local (CARVALHO, 2015, p. 296).

Após a queda de Getúlio Vargas, em 1945, a esquerda, no Brasil, apresentou-se com um eleitorado significativo. Tenório e Lessa (2013, p. 85) nos dão conta de que “Líderes sindicais, sapateiros, operários, ousavam candidatar-se”.

Em Alagoas, a esquerda organizava-se lentamente. Apresentava-se, ainda, minoritária e dividida, mas já demonstrava que queria seu espaço. Em meio à mudança política dos novos tempos, a sociedade urbanizava-se, surgindo um eleitorado urbano em Maceió e em alguns

municípios, principalmente nos que faziam sede à indústria têxtil, as quais os operários davam início em suas organizações sindicais. Apesar da redemocratização, as perseguições aos ativistas e comunistas persistem (TENÓRIO; LESSA, 2013).

Com a volta do país ao regime democrático, Silvestre Péricles inicia seu governo em Alagoas, sendo o primeiro governador eleito durante a vigência da 4ª Constituição Republicana, em 1947; vindo após o Dr. Arnon Affonso de Farias Mello, em 1951 e o Dr. Sebastião Marinho Muniz Falcão, que tomou posse a 31 de janeiro de 1956, deixando o governo aos 31 de janeiro de 1961 (ALTAVILA, 1988).

Cícero Péricles de Carvalho (2015) considera que na primeira eleição direta para governador, em 1947, Silvestre Péricles, do PSD, ganhou a disputa contra a UDN, fazendo maioria na assembleia legislativa, elegendo senador o próprio irmão, general Pedro Aurélio. Nos quatro anos seguintes, o personalista Silvestre realiza um governo marcado pela instabilidade e pelos conflitos entre ele e os demais poderes. Perseguiu a oposição de esquerda, empastelava jornais, prendia jornalistas, ao tempo em que não era o governo do polo conservador. Foi responsável pela volta de Muniz Falcão para a delegacia do trabalho e, contraditoriamente, pela prisão dos deputados comunistas. A política instável de enfrentamento isolou Silvestre Péricles e seu grupo, facilitando a ascensão da oposição.

Este clima de “pseudo” redemocratização é destacado por Diniz (1999, p. 29):

[...] a redemocratização do país, no período pós-45, não afetou de forma substancial o centralismo administrativo e o estilo de gestão introduzidos por Vargas. Ao contrário, preservou-se, em grande parte, o arcabouço institucional do governo deposto. Executivo forte, controle do processo decisório pela alta burocracia, subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, desenvolvimento de uma classe empresarial atrelada aos favores do Estado e marginalização política dos trabalhadores rurais persistiriam como elementos centrais do novo regime. Na verdade, a experiência democrática dessa fase (1945-64) conduziu à instauração de um sistema político semicompetitivo, caracterizado pela reduzida autonomia dos mecanismos de representação política e pelo papel secundário da instância parlamentar no processo de formação de políticas. Este permaneceria enclausurado no interior da burocracia governamental, observando-se a consolidação da tendência anterior à formação de arenas de negociação entre elites dos setores público e privado [...]

Em 1950, Arnon de Mello, da UDN, derrotou, para surpresa geral, numa campanha de apenas 30 dias, o candidato do PST, o ex-prefeito de Maceió, Luís Campos Teixeira, apoiado por Silvestre Péricles, Arnon assume e não consegue realizar duas promessas de campanha: diminuição da violência e crescimento econômico. Foram quatro anos de um governo conservador, com poucas novidades, e uma única obra de destaque: o primeiro trecho de estrada asfaltada em Alagoas (CARVALHO, 2015). O governo de Arnon de Mello foi marcado por

perseguições, prisões e espancamentos de trabalhadores denunciados no jornal comunista *A Voz do Povo* (TAVARES, 2017).

Para suceder a Arnon de Mello, o bloco governista escolheu Afrânio Lages, uma candidatura considerada um “equivoco” pelo próprio governador. As forças trabalhistas aproveitaram bem a ocasião e, numa disputa equilibrada, em outubro de 1955, Muniz Falcão, do PSP, derrota o candidato udenista. Com Muniz Falcão, Alagoas tem o seu primeiro governador reformista (CARVALHO, 2015).

Na primeira metade da década de 1950, segundo Moura (2012), Alagoas era um dos três estados do país nas mãos da UDN. Naquele ano, a UDN de Arnon coligou-se apenas com o PTN, elegendo quatro deputados federais (todos udenistas) entre os cinco mais votados. Mas o campeão das urnas de 1954 não era udenista: Muniz Falcão obteve 13.115 votos, sendo 4.502 a diferença para o segundo colocado, José Afonso Casado de Melo, primo de Arnon. Esta expressiva vitória fez de Muniz um líder quase incontestável do bloco opositor e abriu-lhe caminho para o Palácio Floriano Peixoto.

É importante destacar a proximidade de Muniz Falcão com partidos comunistas, haja vista seu compromisso com o trabalhismo<sup>7</sup> e o nacional-estatismo, muito embora tenha sido rotulado de populista por historiadores locais. Seu partido era o PSB, o qual tinha o apoio do PSD e do PTB. Tinha uma visão progressista e reformista, portanto:

[...] Em termos práticos, Muniz Falcão foi o único governador do período democrático a não perseguir os militantes do PCB – em um raro momento, o jornal *A Voz do Povo* circulou com relativa tranquilidade, sem sofrer em pastelamentos por parte das autoridades locais, e até alguns comunistas foram nomeados para cargos públicos –, não reprimiu os trabalhadores e implementou mudanças significativas em Alagoas, tanto no plano econômico quanto no social (MOURA, 2012, p. 14).

Tenório e Lessa (2013, p. 86) apontam que o fato de a esquerda ter conquistado seu espaço em Alagoas deveu-se “a existência do espaço fabril, da indústria têxtil, das vilas operárias”. Em 1955, o líder populista e getulista do PSP, Muniz Falcão, ganha a eleição com 53.086 votos, apoiado pelos partidos e simpatizantes da esquerda.

A violência em Alagoas já chamava a atenção nacional antes mesmo do evento em 1957, vários assassinatos a mandos políticos foram cometidos, tiroteios em pleno centro de Maceió

---

<sup>7</sup> Nas décadas de 1950 e 1960, nenhum outro projeto alcançou tanto crescimento como o Trabalhismo, constituindo-se um polo aglutinador dos anseios progressistas e nacionalistas, crescendo e tornando-se uma forte tradição da cultura política nacional. Se em seu início tinha no getulismo seu norte principal, ao decorrer de sua trajetória será capaz de inserir-se firmemente no movimento operário, nas lutas dos trabalhadores, criando uma identidade própria e se tornando alternativa aos trabalhadores até para partidos como o PCB, que possuía grande influência na classe operária urbana (SANTOS, 2018b, p. 262).

ocorriam com saldo de feridos e mortos, resultado de intriga, brigas entre famílias que disputavam a hegemonia no estado (TENÓRIO, 1995).

Devemos notar nesse período, e ainda hoje, a força da elite local e como essa força é capaz de mudar os rumos da história política de um estado. Muniz Falcão não foi o único populista de Alagoas, Silvestre Péricles também obteve seu governo em bases populistas. O que devemos deixar claro é a prática da política alagoana, que ao longo do tempo, formou seu “curral eleitoral” afim de realizar seus mandos e desmandos, conservando sua força e a oligarquia, que ainda permanece no poder e continua a pressionar o estado e sua camada popular. Sempre quem esteve à frente de Alagoas foram partidos compostos por tais elites liberais, mesmo que esta não estivesse na representação máxima do poder político alagoano, mas, como um xadrez, escolhe as peças do jogo em andamento (GONZAGA, 2007).

O Governo de Muniz Falcão consistiu no único momento em que chega ao poder forças contrárias à oligarquia dominante no estado, ou seja, em relação ao direcionamento político estatal, ao menos um elemento de mudança podemos contatar, no entanto, pouco se fala sobre o Governo progressista<sup>8</sup> de Muniz Falcão e os feitos que foram realizados para a política e a economia de Alagoas, numa atenção amplamente voltada para políticas sociais com ênfase num projeto trabalhista. e os trabalhadores e pol.

### **3.3 A trajetória de Muniz Falcão de Pernambuco para Alagoas**

Sebastião Marinho Muniz Falcão nasceu no dia 06 de janeiro de 1915, em Araripina<sup>9</sup>. Coursou direito na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e concluiu seus estudos na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

---

<sup>8</sup> Com uma visão progressista e reformista, próximo do que João Goulart faria entre 1961 e 1964, Muniz Falcão atraiu para perto de si todo o contingente de trabalhistas, socialistas e comunistas alagoanos (MOURA, 2012, p. 73).

<sup>9</sup> Araripina é um município do estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Constitui a Mesorregião do Sertão Pernambucano e a Microrregião de Araripina. Fica a 690 km da capital do estado, Recife. É a segunda maior cidade da Mesorregião do Sertão Pernambucano e o principal município da Microrregião de Araripina, além de ser o maior município da tríplice fronteira, Pernambuco, Piauí e Ceará, Cidade Polo em Comércio, Indústria e Educação. Possui uma população estimada em 100 mil Habitantes e tem o vigésimo sexto maior produto interno bruto do estado de Pernambuco. Araripina, juntamente com Ouricuri, Ipubi, Bodocó e Trindade, constitui o maior polo gesso do Brasil, responsável por 95% do gesso consumido no país. É também a maior produtora de mel do Brasil, embora sua produção seja escoada por vários municípios. Sua produção de mandioca e derivados alimenta partes do Nordeste e representa importante fonte de renda local. Atualmente, conta com o maior parque eólico da América Latina, o "Ventos do Araripe", que será ampliado com dezenas de torres. A energia solar também se constituirá em matriz energética importante, modificando, junto com a Faculdade de Medicina recém aprovada, a matriz econômica local, com impactos sociais fabulosos (Nota disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Araripina>).

Filho de Lídio Marinho Falcão e Floripes Muniz Falcão, seu irmão de Djalma Marinho Muniz Falcão (1933-2017), foi deputado federal por Alagoas (1967-1971, 1983-1985), prefeito de Maceió (1986 a 1989) e senador por Alagoas (1998-1999). O outro irmão, Alcides Falcão, foi senador por Alagoas (1998) (CARVALHO, 2015).

Fez os estudos secundários no Ginásio de Crato (CE), cursou o primeiro ano de direito na Faculdade de Direito de Recife, diplomando-se, em 1947, pela Faculdade de Direito de Alagoas (CARVALHO, 2015).

Muniz Falcão chegou a Alagoas por intermédio de Ismar de Góis Monteiro, quando este era interventor do estado. Sua chegada em Maceió se deu em 1942, para assumir a delegacia do trabalho, disposto a fazer cumprir a legislação trabalhista. Em 1945, após Vargas ser deposto, os descontentes com sua firme atuação conseguem sua transferência para Bahia. Quando Silvestre Péricles elegeu-se governador do estado, voltaria Falcão ao seu antigo posto em Maceió (TENÓRIO, 1995).

**Figura 12 – Muniz Falcão**



Fonte: Domínio público.

No governo de Silvestre Péricles, em 1942, veio a ocupar o cargo de fiscal, inspetor e delegado do trabalho, onde fiscalizava as imprudências cometidas contra os trabalhadores no estado.

O exercício da atividade de Delegado Regional do Trabalho em Alagoas, até final dos anos 40, levou Muniz Falcão a conhecer as agruras vividas pelos trabalhadores da cana de açúcar e a conceber um projeto de governo de inclusão social (LESSA, 2016).

Acaba ganhando a simpatia da classe trabalhadora, e em 1950, elegeu-se deputado federal por Alagoas, na legenda do Partido Social Trabalhista (PST), com 3.894 votos, mas logo depois se filiou ao Partido Social Progressista (PSP). Iniciou o mandato em fevereiro de 1951

e, durante a legislatura, participou na Câmara dos deputados das comissões de Legislação Social de Justiça e do Vale do São Francisco. A partir de 1953, tornou-se vice-líder da bancada do PSP. Em janeiro de 1955, concluiu seu mandato (CPDOC, 2009).

De acordo com Tenório (1995, p. 228), Muniz Falcão chega a Câmara dos Deputados:

Sem dinheiro e sem colégios eleitorais, sem influência das oligarquias e sem raízes de família, pois era natural de Pernambuco [...]. Ingressou na política pela mão do povo, coisa incomum, mas não pode evitar a tremenda barreira de ódio que se ergueu contra ele pelos interesses poderosos que feriu ao abrir uma nova era na história do trabalho em Alagoas.

Braga, em 1955, para o *Jornal de Alagoas*, afirma:

A candidatura do deputado federal Muniz Falcão é uma candidatura de inspiração popular. A sua reeleição à Câmara Federal, sobrepujando a todos os candidatos, mesmo aqueles que tiveram o apoio direto do governador, é uma inequívoca demonstração da preferência do eleitorado pelo seu nome (BRAGA, 1955, p. 6).

Ainda em 1955, concorre ao governo do estado de Alagoas saindo vitorioso, sendo o mais votado dos candidatos a governador. A elite alagoana não aceitou o resultado das eleições e passou a montar uma engrenagem posta em prática para desqualificar seu governo. Já em 1957, foi deflagrado um processo de *impeachment* (LESSA, 2016).

Foi o 29º governador de Alagoas; exerceu seu mandato de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961. De 15 de setembro de 1957 a 24 de janeiro de 1958, o cargo foi ocupado pelo vice-governador, Dr. Sizenando Nabuco, em face de um processo de *impeachment* movido contra ele (ALTAVILA, 1988).

As divergências e tentativas de instabilidade política começam antes mesmo da posse de Muniz Falcão, pois as famílias que detinham o poder atacavam por todas as frentes sem tréguas (TENÓRIO, 1995).

Moura (2012, p. 72) afirma que:

Na ótica da direita ultraconservadora alagoana, Muniz Falcão tinha todos os predicados para ser perseguido politicamente. O primeiro motivo era a sua origem familiar. Falcão não era alagoano (nasceu em Araripina, em Pernambuco), não vinha de uma família tradicional e ainda veio para Alagoas para trabalhar na DRT, exercendo sua função com distinção. Para completar, teve grande destaque durante a gestão Silvestre Péricles, aproximando-se politicamente do ex-governador. Ou seja: veio para o estado trabalhar em um órgão malvisto pelas elites e teve apoio de um grande inimigo político dos udenistas.

Dois dos partidos mais fortes da oposição – PTB e PSP – começaram a se movimentar a partir de março de 1955. Segundo o *Jornal de Alagoas* (apud MOURA, 2013), Muniz Falcão anunciaria em breve o lançamento de sua candidatura. Mesmo antes de serem definidas as coligações, a classe trabalhadora já estava em disputa pelos futuros candidatos. Em 1955, essa disputa já não era mais uma novidade.

Moura (2013) faz um breve relato sobre os candidatos do pleito de 1955, onde Muniz Falcão foi o escolhido para disputar o governo em uma reunião do diretório regional do PSP e a homologação ficou para a convenção estadual do partido. Contudo, a oposição ainda não havia sido procurada oficialmente pelo PSP para “referendar” seu nome. Muniz Falcão desistiu de sua candidatura, cedendo a vez para o petebista Ari Pitombo. Os trabalhistas, ao contrário, mantiveram sua posição.

Em nota, no *Jornal de Alagoas* (1955 apud MOURA, 2013, p. 7) publicou: “Ary Pitombo defendeu a candidatura do deputado Muniz Falcão: teria ele o apoio do PTB”. Afirmando não ter ambições políticas, tampouco intenção em impor seu nome como candidato, pois não desejava a cisão da coligação oposicionista, muito menos por sua causa, Muniz Falcão tem o nome vetado e desistia da candidatura, indicando Ari Pitombo.

Em menos de uma semana, novas mudanças de rumo e Muniz Falcão foi eleito governador com uma diferença, no cômputo geral, de pouco mais de 3.500 votos em relação a Afrânio Lages, o qual recebeu duras críticas do jornal *A Voz do Povo*<sup>10</sup>. Segundo o jornal, Afrânio Lages, além de fascista, em face de suas ligações passadas com o integralismo, o candidato representava “[...] uma continuação do atual estado de violência e miséria” (apud MOURA, 2013, p. 12).

Dissuadido, em sua genealogia, das linhas oligárquicas de Alagoas – apesar das relações com o dissidente Góis Monteiro – Muniz inaugurará um projeto político, dentro de suas limitações, de planejamento e modernização do estado. O discurso desenvolvimentista tem fortes ligações com o cenário político nacional. Para as elites alagoanas, seu discurso reformista-trabalhista era uma afronta, significava propor alterações alinhadas com o desenvolvimento tutelado pelo estado. A defesa da participação estatal em causas sociais e trabalhistas era vista com receio e repulsa por colocar como ordem do dia, mudanças que pretendiam mexer no secular patrimonialismo, no qual a coisa pública sempre foi gerida (SANTOS, 2018a).

---

<sup>10</sup> Periódico do PCB em Alagoas (Observação nossa).

Na política, Muniz Falcão visou criar impostos para o setor sucroalcooleiro e com os recursos obtidos programar projetos para o desenvolvimento socioeconômico do estado de Alagoas. Criou a Casal, a Ceal, a Telasa, o Banco do Estado de Alagoas, a unidade de atendimento a pobres, com psicólogos, médicos e alimentação, e maternidade pública (TICIANELI, 2015a; LESSA, 2016).

Essas medidas não agradaram a elite local, que logo se opôs a Muniz Falcão atacando-o de todos os lados, implacavelmente, até que em uma jogada política é acusado de ilegitimidade abrindo assim o processo de *impeachment* do governador, deflagrado em razão dos embates sangrentos entre aliados e opositores e por ter proposto a criação de taxas a serem cobradas dos usineiros (TICIANELI, 2015a). Retomaremos esse assunto na seção 3.5.

### **3.4 Os anos de desenvolvimentismo no Brasil e o período de JK**

O período desenvolvimentista no Brasil pode ser dividido em dois momentos: de 1933-1955 – industrialização restringida; e de 1955-1980 - industrialização pesada. O primeiro momento compreendeu toda a Era Vargas e governo Dutra e no segundo, insere-se o governo de Juscelino Kubistchek, o qual caracterizou-se não só nessa industrialização pesada, como também na utilização do capital externo para empreender neste sentido (ALBUQUERQUE, 2015).

Mourão destaca, dessa forma, o modelo de industrialização concebido no Brasil:

[...] a função do Estado para a implementação do desenvolvimento e, conseqüentemente, o progresso econômico se dá de maneira direta, é também o Estado o realizador (mediador) da aliança com o capital externo e o maior e principal impulsor estrutural do desenvolvimento industrial – destacando que o modelo internacional de associação se constituiu na própria condição da expansão industrial para os países capitalistas periféricos (MOURÃO, 2012, p. 78).

O Plano de Metas do governo JK solavancou o país a uma das maiores fases de seu crescimento, ao mesmo tempo em que criou uma estrutura estatal que, segundo Albuquerque (2015, p. 13), “estabelecia a mais profunda intervenção econômica que o país já havia presenciado”. O resultado foi o crescimento do PIB numa média de 8,1% ao ano. Em contrapartida, a inflação nesse governo, disparou, todavia, conforme Rangel (1963) foi um instrumento da expansão industrial e economia brasileira.

O Plano de Metas mencionava cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Os setores que mais recursos receberam foram energia, transportes e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados. Ao passo que os setores da alimentação e educação não mereceram o mesmo tratamento dos primeiros (SILVA, 2017).

**Tabela 2 – Investimento por setor de 1957 a 1961**

Setor	% de investimento
Energia	43,4
Transportes	29,6
Alimentação	3,2
Indústrias de base	20,4
Educação	3,4

Fonte: Lessa (1982, p. 35).

Em Alagoas, o governo Muniz Falcão empenhava-se em acompanhar o desenvolvimento do país, investindo na malha rodoviária, na reforma do porto e no plano de eletrificação do estado. Os comerciantes mostraram um otimismo moderado com a política do novo governo federal. Já os trabalhadores mostravam-se preocupados com a alta inflacionária, visto que poderia afetar o aumento do salário mínimo dado pelo governo federal em 1956 (MOURA, 2017).

A situação de Alagoas não era das melhores. Muito pelo contrário.

O governo Muniz Falcão herdou algumas dívidas, como um empréstimo tomado junto ao Banco do Brasil, e problemas na previdência estadual<sup>182</sup>. No fim das contas, Alagoas exibiu um panorama financeiro que inviabilizava a atual gestão (MOURA, 2017, p. 83).

Moura (2017) aponta os três problemas enfrentados nesse governo ditos por Muniz Falcão:

a) por conta de uma estiagem prolongada, a produção agrícola ficou aquém do esperado; b) com isso, as exportações sofreram uma queda, com reflexos diretos no comércio; c) por fim, o mais grave: a sonegação fiscal, causadora de um grande estrago na arrecadação estadual (MOURA, 2017, p. 83).

As condições eram tão complicadas que, ao final de seu primeiro ano de governo, ainda não tinha havido investimentos na área social. Muito embora sob o ponto de vista nacional, o próprio governo federal não deu muita atenção a este setor.

Na tentativa em sanar esse problema, Muniz Falcão criou novo imposto, direcionado exclusivamente para atender sua plataforma popular: “o governador criou a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, sancionada pela Lei n. 2013, de 22 de outubro de 1956, para vigorar a partir de 1957 (MOURA, 2017, p. 85).

E foi a partir de então, o estopim causador da insatisfação maior da elite alagoana, que desencadeou a crise política e o processo de *impeachment*.

### 3.5 O processo de *impeachment* de Muniz Falcão

Segundo Douglas Apratto Tenório (1995), o processo de *impeachment* de Muniz Falcão teve motivos externos e internos, entre eles a divisão do mundo bipolar entre União da República Socialista Soviética (URSS) e Estados Unidos da América, as divergências políticas internas da União Democrática Nacional (UDN) liderado pelo Jornalista e político Carlos Lacerda e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do líder Getúlio Vargas.

A atmosfera maceioense, na sexta-feira, 13 de setembro de 1957, é de tensão. Antevê-se claramente, um clímax de desencadeamento de paixões políticas como o estalo inevitável das soluções mais violentas. Na véspera, “o entra e sai” do palácio era compensado pela luta dos deputados entregues ao trabalho de levantar barricadas e guardar metralhadoras para o caso de haver luta. Governo e oposição se acusavam mutuamente de recrutamento de capangas e a capital alagoana se transforma numa praça de guerra (TENÓRIO, 1995).

Conforme Tenório (1995, p. 108):

Ele [Muniz Falcão] herdou esse verdadeiro caldeirão dos diabos, um torvelinho de intrigas entre famílias e amigos em muitas cidades que explodirá em suas paixões e que incentivara os seus inconformados adversários em tirá-lo a qualquer custo do governo.

O processo de *impeachment* ao governador Muniz Falcão levou a um evento de violência memorável na Assembleia legislativa de Alagoas, onde deputados contrários ao *impeachment* abriram fogo contra deputados da oposição que se reuniam para cassação do governador (OLIVEIRA, 2010).

**Figura 13 – O tiroteio de 1957**



Fonte: Ticianeli (2015b).

Obs.: Ilustração do jornal *Corriere della Sera*.

Muniz Falcão ainda convocou os membros de sua bancada e pediu-lhes que não fossem à sessão. Humberto Mendes, Claudeonor Lima e Abrãao Moura não aceitaram o apelo do governador e disseram-lhe que o caso era de honra e pessoal (TENÓRIO, 1995).

**Figura 14 – Deputados armados chegando à assembleia no dia do tiroteio**



Fonte: Ticianeli (2015b).

O intenso tiroteio na casa Tavares Bastos durou 40 minutos e só cessou após a chegada das tropas das forças armadas ao local. O trágico evento deixa em estado grave os deputados Carlos Gomes, José Afonso, Virgílio Barbosa e José Onias, o jornalista carioca Márcio Moreira Alves e o funcionário Jorge Dâmaso. Morto, com um tiro nas costas, o deputado Humberto Mendes e nove pessoas feridas. Ao saber da morte de Humberto Mendes, Muniz Falcão queria se dirigir ao local armado, mas foi impedido por seus aliados. A situação ficou insustentável.

O clima de violência e desordem era evidente, deixando a população assustada. (OLIVEIRA, 2010; TENÓRIO, 1995).

**Figura 15 – Corpo do deputado Humberto Mendes é retirado da assembleia**



Fonte: Ticianeli (2015b).

A gravidade do fato levou o presidente Juscelino Kubitschek a decretar **intervenção federal** no estado em 15 de setembro, nomeando um interventor em 1957, aquartelando os envolvidos no conflito até o fim da eleição. No dia 18 daquele ano, os deputados estaduais aprovaram o impedimento do governador, que foi substituído pelo vice-governador Sizenando Nabuco. Muniz é afastado, mas recorre ao Tribunal de Justiça, o qual alega que o processo de *impeachment* é ilegível e o reconduz ao cargo, em 24 de janeiro de 1958. Alguns anos depois, em 1965, Muniz Falcão elege-se novamente governador, porém é mais uma vez preterido pelas elites, que não iam permiti-lo, novamente, na direção do estado. Numa jogada política, empossam outro governador<sup>11</sup>, apesar de ter sido o mais votado e ter apoio da população. em face da não homologação do seu nome pela Assembleia Legislativa. Mesmo sendo o mais votado e com apoio da população, Muniz Falcão fica de fora do governo de Alagoas. E assim seguiu-se essa prática de ostracismo político contra ele (TICIANELI, 2015a).

<sup>11</sup> Apesar do resultado favorável, a vitória de Muniz Falcão esbarrou na Emenda Constitucional nº 13, promulgada em 8 de abril de 1965, que exigia a maioria absoluta de votos para homologar o resultado (BRASIL, 1965). Como este número não foi atingido, a Assembleia Legislativa de Alagoas foi chamada a resolver o impasse, mas, como Muniz Falcão recebeu 21 votos contrários, o estado foi governado pelo general João Tubino como interventor federal, até que os deputados estaduais escolhessem um novo governador, conforme previa o Ato Institucional nº 3 (BRASIL, 1966), que legitimou a eleição indireta de Lamemha Filho para governar o estado e cuja posse aconteceu em 15 de agosto de 1966. Grande parte do impasse político em Alagoas decorreu do poder concedido ao legislativo estadual em ratificar o resultado das urnas e assim a quinta eleição direta ao Palácio Floriano Peixoto permaneceu sem solução, afinal à época não havia a eleição em dois turnos e assim a rejeição de Muniz Falcão pelos deputados estaduais criou um vazio jurídico sanado pelos militares através dos governadores biônicos cujo ciclo terminou em 1982 quando Divaldo Suruagy chegou ao poder graças ao voto popular (TSE. Banco de dados. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>).

O fundamental na figura de Muniz Falcão é que este não veio do berço da elite alagoana, trata-se de um homem que superou barreiras sociais e chegou ao máximo no Estado de Alagoas, mas teve como característica importante afrontar as elites locais (GONZAGA, 2007).

A vigilância dos golpistas continuou incansavelmente, usando da violência para intimidar, matar seus opositores, garantindo assim seus interesses. Um confronto de velhas elites que resistiam as mudanças, no qual justificou a violência como natural, cabível do alagoano para resolver divergências na política. Embora a violência hoje se prenda mais ao contexto social, os crimes a mandos políticos, ainda é uma realidade no estado de Alagoas.

Eleito deputado federal em 1962, foi o mais votado nas eleições para governador de Alagoas em 1965, porém, no início da ditadura militar, os militares alegaram que ele não havia obtido a maioria absoluta, ou seja, como não atingiu o patamar da maioria absoluta estabelecido pela Emenda Constitucional nº 13, caberia à assembleia legislativa escolher quem seria o novo governador. Como os deputados rejeitaram Muniz Falcão, o presidente Castelo Branco nomeou o **general João Batista Tubino** como interventor até que **Lamenha Filho** fosse escolhido para governar o estado (TICIANELI, 2015a; LESSA, 2016).

Muniz Falcão foi para o MDB tendo falecido no exercício do mandato de **deputado federal**, em Recife, no dia 14 de junho de 1966, no Hospital Português. Seu corpo foi levado para Maceió e ficou em câmara ardente da Igreja de Nossa Senhora das Graças, na Levada. No dia 15 de junho, **30 mil pessoas** acompanharam o corpo até o seu sepultamento no cemitério de Nossa Senhora da Piedade (TICIANELI, 2015a).

Seu prestígio perante a massa se ver também no seu enterro que foi acompanhado com histeria pelas camadas populares, que chorava a perda de seu herói, que pela primeira vez lutava por ela e valorizava o trabalhador. O marco dessa valorização foi a construção do Palácio do Trabalhador. Pode-se dizer que o governo de Muniz Falcão tenha sido populista, mas como chamar de populista um governo que luta pelos trabalhadores em uma terra de extremo coronelismo conservador? Sendo ou não populista o fato é que Muniz Falcão foi um marco histórico em Alagoas e para o trabalhador alagoano (GONZAGA, 2007).

## 4 CONCLUSÃO

Segundo Douglas Apratto Tenório (1995), Muniz Falcão era um homem saído das entranhas das massas, orquestrou o populismo com aptidão e desafiou as elites e a aristocracia local. Representando um momento sem precedentes para início das lutas sociais no estado.

Caso agisse de outro modo, teria ele, Muniz Falcão, sido tratado de outra forma?

Taxado de forasteiro, eleito pelo povo, mas não aprovado pela Assembleia, dentre tantos percalços em sua vida pública, nos faz indagar quais teriam sido os caminhos tomados caso tivesse sido aprovado pelas elites liberais, e caso não tivesse confrontado através da cobrança de taxas aos usineiros.

Muniz Falcão foi amado pelo povo, pela classe trabalhadora, era um líder populista, mas, também foi perseguido e odiado pela elite local que via nele uma ameaça a seus interesses políticos e econômicos na região no qual levaram seu afastamento da política e posteriormente um longo e atuante processo de esquecimento de sua memória, portanto, nosso objetivo é retomar a memória já esquecida do governo de Muniz Falcão para a história do estado de Alagoas. Um político populista ligado à classe trabalhadora, emblemático ícone de afrontamento a classe dominante local. Perseguido, foi afastado do poder por seus inimigos, Muniz Falcão aos poucos foi sendo esquecido graças às políticas conservadoras de governos posteriores.

Os governadores que se seguiram programaram seu esquecimento com políticas conservadoras, direitistas e forte oposição ao populismo, como o governador Luiz Cavalcante, aliado de Arnon de Melo e partidário da UDN. A ditadura militar, em 1964, veio ainda mais impulsionar o esquecimento a Muniz Falcão. Foi assim até sua morte em 1966 e posteriormente a ela. Segundo seu irmão Djalma Falcão, que foi prefeito de Maceió entre 1986 e 1989, esse ostracismo político foi progressivo e perdura até os dias atuais.

Dentre suas ações em prol do desenvolvimento do estado, se deram a construção da Companhia de Saneamento Básico de Alagoas (CASAL), a Companhia Elétrica de Alagoas (CEAL), o Banco Estadual de Alagoas, a antiga rodoviária e rodovias para o acesso a Recife.

Djalma Falcão em sua gestão construiu uma praça em homenagem a Sebastião Marinho Muniz Falcão, no qual mais tarde teve seu nome subjugado por praça do skate na Ponta Verde. Só resta hoje a Muniz Falcão uma lembrança vaga, restrita a uma avenida da capital alagoana que corta o bairro do Barro Duro, sendo também via de acesso a uma das principais rodovias da capital: a Avenida Fernandes Lima.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Alexandre Black de Albuquerque. Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK. **XI Congresso Brasileiro de História Econômica**, Vitória: UFES; ANPUH, 14 a 16 set. 2015. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_alexandre\\_black\\_albuquerque\\_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf). Acesso em: 20 maio 2019.
- ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1988.
- ARVIN-RAD, Hassan; WILLUNSEM, Maria José; WITTE, Ann Dryden. Industrialização e desenvolvimento no governo Vargas: uma análise empírica de mudanças estruturais. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 127-166, jan.-abr./1997.
- BEZERRA, Juliana. Abolição da escravatura no Brasil. **Toda Matéria**, 18 fev. 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/abolicao-da-escravatura-no-brasil/>. Acesso em: 4 abr. 2019.
- BRAGA, Mendonça. A candidatura Muniz Falcão é uma candidatura de inspiração popular. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 5 abr. 1955.
- BRASIL. Presidência da República. **Ato institucional n. 3, de 5 de fevereiro de 1966**. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília: Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm). Acesso em: 2 mar. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. **Emenda constitucional n. 13, de 8 de abril de 1965**. Dispõe sobre a coincidência das eleições federais e estaduais, duração de mandatos estaduais e municipais, aplicação do princípio da maioria absoluta nas eleições para governador e vice-governador, época das eleições municipais, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc13-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc13-65.htm). Acesso em: 2 mar. 2019.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2015.
- CASTRO, José Roberto. Como nasceram as leis trabalhistas que governo quer flexibilizar. **Nexo Expresso**, [s.l.], 12 jul. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/05/Como-nasceram-as-leis-trabalhistas-que-governo-quer-flexibilizar>. Acesso em: 20 maio 2019.
- COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação [mestrado em História]. Recife, 2013.
- CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): direitos sociais e trabalhistas. *In*: CPDOC. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Rio de Janeiro: FGV, 2017. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas>. Acesso em: 20 maio 2019.

CPDOC. **Sebastião Marinho Muniz Falcão**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-marinho-muniz-falcao>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, p. 21-38, 1999.

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. O desenvolvimento econômico sob Getúlio Vargas *In*: LAMARÃO, Sergio; CACHAPUZ, Paulo B.; SILVA, Raul M. (Orgs.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, p. 29-36, 2004.

FABER, Marcos. Partidos políticos no Brasil. **História Livre**, set./2010. Disponível em: [http://www.historialivre.com/brasil/partidos\\_politicos.pdf](http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf). Acesso em: 3 jan. 2019.

FALCÃO, Djalma. **Episódios**. Brasília: Senado Federal, 1980. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-tragedia-do-populismo/2829>.

GOMES, Ângela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel et al. (Orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GONZAGA, Gláucia Tiana Silva. A tragédia do Populismo. **Web Artigos**, 26 nov. 2007. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-tragedia-do-populismo/2829>. Acesso em: 2 jan. 2019.

IMAGO História. Charges históricas – Era Vargas e Júlio Prestes (Revolução de 1930). 1 maio 2017. Disponível em: <https://imagohistoria.blogspot.com/2017/05/charges-historicas-era-vargas-revolucao.html>. Acesso em: 20 maio 2019.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LESSA, Ronaldo. Muniz Falcão: o primeiro impeachment. *Gazeta de Alagoas*, **Opinião**, 19 maio 2016. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=287774>. Acesso em: 20 maio 2019.

LIMA, Araken Alves. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Campinas: UNICAMP, 2006. (Tese de Doutorado).

MELO, Morena. Polo de Marechal Deodoro se consolida com diversificação de cadeias produtivas. **Agência Alagoas**, 2 jun. 2016. Disponível em: <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/4608-polo-de-marechal-deodoro-se-consolida-com-diversificacao-de-cadeias-produtivas>. Acesso em: 04 abr. 2019.

MOURA, Anderson Vieira. “Uma candidatura de inspiração popular”: a formação da “Frente Popular Alagoana” (1955). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 22 a 26 jul. 2013.

MOURA, Anderson Vieira. **Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)**. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação (Mestrado em História). Recife, 2012.

MOURA, Anderson Vieira. **Trabalhadores, populismo e comunistas: os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo Muniz Falcão (1956-1961)**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (Doutorado em História Social). Campinas, 2017.

MOURÃO, Rafael Pacheco. Desenvolvimento, industrialização e ordenamento político: uma discussão sobre os Estados em Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek – dois Estados, uma “Ordem”. **Revista História em Curso**. Minas Gerais, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/1866>. Acesso em: 20 maio 2019.

OLIVEIRA, Jorge. **Curral da morte: o impeachment de sangue, poder e política no Nordeste**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

QUEIROZ, Álvaro. **Episódios da história das Alagoas**. Maceió: Moura Ramos, 2010.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951, v. 1.

RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

RECANTO DAS LETRAS. **Delmiro Gouveia**. 10 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/biografias/5164511>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SANTOS, Paulo Vitor Barbosa dos. Política, desenvolvimento e conservadorismo: a experiência democrática de Alagoas (1945-1964). **Revista Eletrônica da Educação de Alagoas REDUC**, v. 04, n. 1, jan./2018a.

SANTOS, Paulo Vitor Barbosa dos. Política, desenvolvimento e conservadorismo: a experiência democrática de Alagoas (1945-1964). **Crítica Histórica**, Ano IX, n. 17, jun./2018b.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 855-860, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/10.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

SILVA, Andreia Cláudia Calheiros. Alagoas livra-se de Pernambuco. **O Jornal**, Maceió, 12 mar. 2000. (Alagoas 500 Anos, v. 6).

SILVA, Suely Braga. **O Brasil de JK: 50 anos em 5: o Plano de Metas**. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>. Acesso em: 20 maio 2019.

SOUTO, Bernardino. Delmiro Gouveia: Fábrica da Pedra demitiu 125 mil trabalhadores. **Diário Arapiraca**, 14 jul. 2016. Disponível em: <<http://diarioarapiraca.com.br/post/bernardino-souto/delmiro-gouveia:-fabrica-da-pedra-demitiu-125-trabalhadores/10/17908>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Nacional, 1978.

TAVARES, Marcelo Góes. Trabalho, política e estado de exceção (Alagoas, anos 1950 e 1960). **XI Encontro Regional Nordeste de História Oral**, Fortaleza: UFC, 9 a 12 maio 2017. Disponível em: [http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494168586\\_ARQUIVO\\_Trabalho.politicaestadodeexcecao\\_abhofortaleza.pdf](http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494168586_ARQUIVO_Trabalho.politicaestadodeexcecao_abhofortaleza.pdf). Acesso em: 20 maio 2019.

TENÓRIO, Douglas Apratto. O doce marasmo da República Velha. **O Jornal**, Maceió, 19 mar. 2000. (Alagoas 500 Anos, v. 9).

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: EDUFAL, 1995.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. Curitiba: HD, 1997.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: EDUFAL, 2013.

TICIANELI, Edberto. Famílias na política alagoana do século XX (II): Fonseca. **História de Alagoas**, 3 nov. 2017. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/familias-na-politica-alagoana-do-seculo-xx-ii-fonseca.html>. Acesso em: 4 abr. 2019.

TICIANELI, Edberto. Impeachment de Muniz Falcão e o tiroteio da Assembleia em 1957. **História de Alagoas**, 3 maio 2015b. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/impeachment-de-muniz-falcao-e-o-tiroteio-na-assembleia-em-1957.html>. Acesso em: 19 mar. 2019.

TICIANELI, Edberto. Muniz Falcão, o governador mais popular de Alagoas. **História de Alagoas**, 3 maio 2015a. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/muniz-falcao-2.html>. Acesso em: 3 jan. 2019.

TICIANELI, Edberto. Quebra dos Terreiros e a queda dos Malta. **História de Alagoas**, 11 maio 2015d. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/quebra-dos-terreiros-e-a-queda-dos-maltas.html>. Acesso em: 4 abr. 2019.